

CAMÕES

C CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LÍNGUA
PORTUGUESA
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Nº 193 • 24 de julho a 6 de agosto de 2013
Suplemento da edição nº 1117, ano XXXIII,
do JL, Jornal de Letras, Artes e Ideias
com a colaboração do Camões, IP



ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA CRESCER NA ARGENTINA E URUGUAI

Págs. 2



DAR VOZ AOS PAÍSES EMERGENTES

Entrevista com
Mario Pezzini,
diretor do Centro
de Desenvolvimento da OCDE Pág. 3

Cinema português em São Paulo

Pág. 4

Objetivos de Desenvolvimento do Milénio 2013

Pág. 4



2^a CONFERÊNCIA
**LÍNGUA
PORTUGUESA**
no sistema mundial

▼ LISBOA, 29 - 31 DE OUTUBRO 2013

Ensino da Língua Portuguesa cresce na Argentina e no Uruguai

«O ensino da língua portuguesa na Argentina e Uruguai tem vindo a alargar-se, não só devido à intensidade das relações com o vizinho brasileiro, mas também à crescente visibilidade dos países de língua portuguesa no mundo. O Camões, IP, através da sua rede, tem procurado acompanhar o movimento.

«A criação do Mercosul levou a um crescimento exponencial do ensino da língua portuguesa [LP] na Argentina, no Uruguai e no Paraguai», diz Irma González, leitora do Camões, IP, em Buenos Aires. Idêntico interesse pelo português existe noutros países latino-americanos, pertencentes ou não ao Mercosul, especialmente na Venezuela, que aderiu em 2012 ao mercado comum sul-americano. «O fenómeno parece assentar na ideia de que, quanto maior for o conhecimento da LP, mais facilmente podem ser criadas oportunidades de negócio com países lusófonos», acrescenta a leitora.

Raquel Carinhas, leitora do Camões, IP, em Montevideo, diz que «os uruguaios sentem que a intercompreensão entre ambas as línguas não é suficiente quando se trata de situações e de relações formais ou semiformais dos âmbitos político, empresarial ou educacional». E assim, segundo ela, «nos últimos dois anos, com o crescimento das relações bilaterais em comércio e empreendedorismo com a África lusófona e com o aumento de empresas de capitais portugueses no Uruguai, muitos uruguaios têm-se dirigido à Embaixada de Portugal em Montevideo, solicitando informação sobre cursos de português da variante europeia».

Argentina e Uruguai apresentam ainda a particularidade de terem populações, junto à fronteira com o Brasil, em que o português é a língua materna. O Uruguai, segundo Raquel Carinhas, decidiu, por exemplo, abrir, a partir de 2003, escolas de ensino dual espanhol/português na faixa fronteiriça. Na Argentina, onde também é noticiada a existência de escolas de ensino dual, o Congresso aprovou, em 2008, uma lei que prevê o ensino da língua portuguesa no básico e secundário, como oferta educativa opcional.

Neste quadro, o Camões, IP, que tem como orientação estimular a introdução do português como língua de opção curricular no sistema de ensino dos países onde isso não se verifique, tem, desde há anos, leitores e centros de língua portuguesa (CLP) em instituições de ensino nos dois países sul-americanos, que trabalham na área dos estudos portugueses e do ensino da língua portuguesa, nomeadamente na

formação de professores. Em 2013, apesar da crise económica, estão a ser dados novos passos para alargar esse trabalho.

Argentina

Desde 1999 que, na Argentina, na sequência de um protocolo assinado com o Instituto de Enseñanza Superior en Lenguas Vivas *Juan Ramon Fernandez* de Buenos Aires, existe nesta instituição um CLP do Camões, IP, que funciona como centro de recursos para alunos e professores. É nesta instituição que desenvolve atividade, desde 2012, Irma González, leitora de língua e cultura portuguesa do Camões, IP.

Mas o Instituto *Juan Ramon Fernandez*, que também tem um curso de bacharelato de tradução para português, não é a única escola que prepara professores de português língua estrangeira (PLE) na Argentina. O mesmo acontece na Escuela Normal Superior en Lenguas Vivas *Sofia B. de Spanberg*, também em Buenos Aires, e em institutos superiores de formação docente nas cidades de Campana e Pergamino, ambas na província de Buenos Aires, e nas cidades de La Cruz (província de Corrientes) e San Salvador (província de Jujuy). A capacitação de professores de português realiza-se em duas escolas, em Corrientes e em Gobernador Ingeniero Valentín Virasoro, ambas na província de Corrientes, junto à fronteira com o estado brasileiro do Rio Grande do Sul.

Estas escolas operam no setor público, porque outras há no setor privado que ministram diversos graus de formação em LP e com vários objetivos, tanto em Buenos Aires como fora dela. Irma González enumera mais 4 cursos de formação de professores em escolas privadas, outros 4 de tradução, 2 de «perito em língua portuguesa» e 1 de «gestão bilingue de português». O Brasil também tem tido intervenção no ensino da LP na Argentina, fundamentalmente através da FUNCEB – Fundación Centro de Estudios Brasileiros.

No seu instituto, Irma González é responsável pela cadeira curricular LP IV (anual) e pela cadeira de opção Oficina de Didática do Português para Fins Específicos em Língua Estrangeira. Mas a leitora está a preparar um Projeto Formação Contínua de Professores de Português a Distância e Estágios, no âmbito da Escuela de Capacitación Docente (CEPA), tutelada do Ministério da Educação do Governo



Uruguai Formação de professores de PLE e aulas de português na Feira do Livro de San Jose

da Cidade Autónoma de Buenos Aires, entidade responsável, quer pela formação contínua de professores, em regime *e-learning*, quer pelo programa de estágios, nomeadamente dos professores de português, nas escolas plurilingues, em parceria com instituições de ensino superior com Estudos Portugueses.

Segundo Irma González, «pretende-se uma cooperação entre o Camões, IP, e a CEPA, em ambos os domínios, tendo sido solicitada a apresentação de dois projetos de cooperação – sendo que, no primeiro domínio, o da formação a distância, em interação com o Centro Virtual Camões». Assim, este ano, foi assinado um protocolo entre Portugal e o Governo da Cidade de Buenos Aires, de forma

a alargar o âmbito da cooperação nesta região.

Foi também iniciada em 2013 a cooperação entre o Camões, IP, e o Instituto *Los Angeles*, sob a tutela do Governo da Cidade de Buenos Aires. A instituição confere o 12º ano de escolaridade a alunos com necessidades especiais e, tendo como língua estrangeira 1º o português, pretende cooperar com o Camões, IP, em vários domínios. O Instituto *Los Angeles* aceitou as propostas da leitora de revisão dos programas das disciplinas dos diversos anos de escolaridade, de formação contínua dos professores de PLE e de dinamização de atividades culturais, bem como a criação de uma biblioteca de português, com o apoio do CLP de Buenos Aires. Este estabelecimento desenvolve igualmente desde o presente ano letivo, em colaboração com o CLP/Camões, IP, de Buenos Aires, a certificação das aprendizagens de PLE, uma atividade também objeto de uma experiência-piloto nos níveis primário e secundário no Colégio de Santa Rosa, desde 2008.

Uruguai

A oferta de cursos de PLE, tanto no ensino básico, secundário e superior público, como nos institutos privados de ensino, tem vindo a aumentar no Uruguai, afirma Raquel Carinhas, leitora do Camões, IP, na Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação (FHCE) da Universidad de la Republica (UdelaR), onde com dois outros docentes lecionou, em 2012, 266 alunos que frequentaram cursos no âmbito dos estudos portugueses.

A nível superior, além da UdelaR, o PLE é também ensinado nas universidades ORT, Católica e de Montevideo, indica a leitora; a nível terciário (estudos técnicos) na Universidade do Trabalho; e a nível secundário, nos centros de língua estrangeira (CLE). Também é lecionado por diversas instituições privadas e, desde 2012, ao abrigo de um protocolo com o Camões, IP, na Casa de Portugal em Montevideo, a cargo de Raquel Carinhas.

No secundário, segundo dados da Administración Nacional de Educación Pública (ANEP), uma das três entidades que no Uruguai intervêm no ensino das línguas, o português é atualmente ensinado em 57 escolas, mais 13 do que em 2012. Ainda no mesmo nível, mas como oferta extracurricular, o português é a língua estrangeira mais procurada pelos estudantes do secundário. Das línguas ensinadas pelos CLE – alemão, francês, italiano e português –, o português é estudado por 54% dos alunos inscritos. Em 2010, havia 3.794 alunos a estudarem português. Em 2012, este número aumentou para 4.473, havendo 88 professores de PLE a darem aulas nestes centros educativos.

No que respeita à formação de professores, Raquel Carinhas nota

que, apesar do crescente interesse em aprender português e da abertura de cursos de LP, tanto nos CLE como em institutos privados, não havia nenhuma licenciatura que formasse futuros professores de português no Uruguai. Só em 2009, o Instituto de Profesores Artigas, encarregado da formação inicial de docentes, abriu o primeiro 'Professorado' (não equiparado a licenciatura) de português do país.

Antes disto, face às carências, a UdelaR apresentou, em 1994, o 1º programa de formação de professores de português. Até 2006, foram sendo oferecidas oficinas e cursos breves na área. Em 2006, abriu finalmente a Opção Ensino do Português LE da Licenciatura em Linguística.

Paralelamente, entre 2005 e 2011, o Centro de Lenguas Extranjeras (CELEX) da FHCE da UdelaR começou a organizar um curso anual de atualização de professores de PLE. Com o início do leitorado, em 2006, o Camões, IP, passou a apoiar estes cursos de formação, através dos seus leitores no Uruguai e Argentina e trazendo professores de universidades portuguesas. Entre 2007 e 2011, o Camões, IP, apoiou 8 módulos dos cursos anuais de atualização. A partir de 2011, toda a formação contínua e capacitação docente passou para a tutela da Unidade de Pós-Graduação da FHCE.

No que respeita ao ensino do PLE/português língua segunda no Uruguai, a reforma educativa de 2008 previu que o português fosse obrigatório a partir do 6.º ano. No entanto, a heterogeneidade da formação dos professores de PLE fez com que esta obrigatoriedade fosse perspectivada para 2016, quando já se tivessem formado os primeiros alunos do Professorado de Português, lecionado no Instituto Professor Artigas, e dos CERP (equivalentes às escolas superiores de educação em Portugal), em particular no norte e nordeste do país, próximo do Brasil, e em contexto de bilinguismo.

Neste quadro, sublinha a leitora de Montevideo, foi assinado a 24 de maio passado um protocolo de cooperação entre o Camões, IP, e a ANEP visando proporcionar a professores e alunos dessas instituições o aprofundamento dos seus conhecimentos nas áreas da cultura e literatura portuguesas e lusófonas. O protocolo cria um programa *b-learning* que associa a formação a distância com o apoio à deslocação de um professor visitante ao Uruguai.

No que respeita ao ensino do português fora do sistema de ensino, e atendendo à procura suscitada pelo relacionamento com os países africanos de língua portuguesa e aos objetivos Camões, IP, no quadro do ensino da LP a comunidades portuguesas e lusodescendentes, foi assinado, em outubro de 2012, um protocolo com a Casa de Portugal que visa criar cursos de português nesta associação que contribua para a promoção do ensino do português como LE e como língua de herança.

Centro de Desenvolvimento da OCDE Dar voz aos países emergentes

Entrevista com o diretor Mário Pezzini



«O mundo está a conhecer uma mudança estrutural na economia, marcada pelo desenvolvimento dos países emergentes, mas esta mudança de longo prazo enfrenta alguns desafios. A afirmação pertence a Mário Pezzini, diretor do Centro de Desenvolvimento (DEV) da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico (OCDE).

O responsável de origem italiana deste corpo especial da OCDE, como está classificado no sítio da organização, esteve em Lisboa a 26 de junho, para a apresentação da edição em língua portuguesa do relatório *Perspetivas Económicas em África 2013*, produzido pelo DEV, e a participação também no mesmo dia, numa mesa-redonda sobre as *Perspetivas Económicas da América Latina*, eventos organizados em colaboração com o Camões, IP, que decorreram no Palacete Seixas.

Segundo Mário Pezzini, «a mudança que está a ocorrer no mundo não é um fenómeno de conjuntura, com países que crescem mais e depois menos. É uma tendência de longo prazo». Traduz-se, nomeadamente, numa deslocação da riqueza na direção da Ásia e, em parte, em direção ao Sul. No en-

quanto ao longo prazo».

O diretor do DEV chama ainda atenção para o facto de que as diferentes áreas do mundo enfrentam estes desafios com um nível mais forte ou menos forte de urgência: «Em parte, vemos que os dados mostram que os desempenhos são diferenciados. Num mundo no qual o Sul conta mais, a Ásia do Sudeste tem desempenhos melhores do que a África e a África melhor do que a América Latina», concluindo daí que «o nível de urgência para intervir na América Latina é maior do que noutros lados».

Neste debate, a voz do centro é mais técnica do que política, porque, diz, «o trabalho que nós fazemos é um trabalho técnico. Explico-me: técnico aqui significa a análise dos desafios económicos e sociais e, depois, a análise da política pública que se põe em marcha».

PAÍSES LUSÓFONOS

A vantagem do centro, explica, é que «esta análise de políticas se faz no quadro do que chamamos *policy dialog*». Reunidos à porta fechada, à volta de uma mesa, aplicando-se a chamada *Chatham House Rule* (uma regra sobre a confidencialidade da informação que, na prática, permite que os intervenientes expressem os seus pontos de vista, que podem não ser os das instituições que representam, incentivando assim o debate livre), os países passam em revista a sua política num determinado campo, discutem, dão conselhos entre si e avaliam o que fizeram. «Não há muitos outros organismos internacionais que façam este trabalho», sublinha Mário Pezzini, sugerindo que as análises feitas por outras instituições internacionais (nomeadamente bancos) repousam sobretudo no trabalho de especialistas e funcionam de forma bilateral. «Nós somos multilaterais. Trabalhamos com uma forma de

DEV – Uma proposta de John Kennedy

«A criação do Centro de Desenvolvimento (DEV) da OCDE, que fez 51 anos de atividade, resultou de uma proposta do Presidente norte-americano John Kennedy para dar voz aos países em desenvolvimento.

Enquanto entre os 34 países membros da OCDE apenas o México, o Chile e a Turquia são considerados países emergentes, no DEV, criado um ano depois da OCDE, existem 24 países que pertencem à OCDE e 17 países que são membros plenos do centro, mas não da OCDE.

Quando da criação da OCDE, os seus membros eram quase todos países do Atlântico Norte, a que se juntavam o Japão e a Austrália. A organização não estava virada para a política de desenvolvimento e era encarada sobretudo como representante dos países doadores, sendo que a ajuda, como sublinha Mário Pezzini, diretor do DEV, «não é sinónimo de desenvolvimento, é uma parte».

A criação do centro visou, segundo Pezzini, «sentar, com a mesma voz, como membros plenos,

países desenvolvidos e países em desenvolvimento». Hoje em dia, o centro tem entre os seus membros países não pertencentes à OCDE, como Brasil, Argentina, Peru, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Marrocos, Egito, Senegal, África do Sul, Cabo Verde ou Tailândia, Indonésia e Vietname.

Estes países participam cada vez na atividade do centro, garante Mário Pezzini. A melhor expressão desse envolvimento está, talvez, na composição do 'bureau' executivo de oito membros do DEV. Neste órgão, quatro são países em desenvolvimento - Brasil, Indonésia, África do Sul e Marrocos. «Estes países começam a desempenhar também um verdadeiro papel, não estão simplesmente lá».

«A característica do centro na galáxia da OCDE é a de se ocupar dos temas do desenvolvimento, com os países em desenvolvimento. A sua especialidade é, um pouco, dar voz aos temas do desenvolvimento, mas também aos países em desenvolvimento. Isto é o centro», remata Mário Pezzini.

peer pressure [pressão dos pares]. São os países que criam a sua própria confiança e a *peer pressure*».

A *policy dialog* coloca, no entanto, um constrangimento. «Não podemos ser as Nações Unidas, com todos. Se 100 países estiverem sentados à volta de uma mesa, o diálogo é difícil. A 'policy dialog' necessita de tempo», diz ainda Pezzini, que afirma operar o seu centro «numa escala reduzida». Paradoxalmente, isso não impede o DEV de estar a discutir o alargamento a novos países. Porquê? «Exatamente porque o mundo está a mudar, todos sentimos a necessidade de abrir o centro a novos países». Mas sendo praticamente todos os grandes emergentes já membros, com a exceção da China e da Rússia, a direção a tomar no alargamento será não necessariamente o tamanho, mas o envolvimento de «países emergentes líderes na sua própria iniciativa», entendida esta como «inovação em termos de política pública». Quanto à área geográfica

do alargamento, tendo já uma boa participação de países latino-americanos, Pezzini considera que se deve fortalecer a participação de África e da Ásia do Sudeste.

O DEV está também interessado no tema da integração regional, porque o centro não se preocupa apenas com a economia global, mas também em como cada continente se pode fortalecer. «Interessa-nos muito ver que tipo de ferramenta política pode nascer para facilitar a integração regional. Neste âmbito, estamos a fazer cada vez mais esforços para trabalhar muito de perto com os países lusófonos», indica. No ano passado, o DEV apresentou o *African Economic Outlook* na reunião em Maputo dos países lusófonos e por isso o seu diretor veio a Lisboa. «Interessamos discutir com a CPLP e manter e aumentar o contacto com estes países. Em grande medida, isto é um pedido que vem do governo de Portugal, que é muito ativo de maneira positiva no centro», conclui.

Portugal-Marrocos Reunião da comissão paritária da licenciatura em Estudos Portugueses

«Reuniu-se pela primeira vez, a 28 de junho de 2013, a comissão paritária da licenciatura em Estudos Portugueses, criada em 2008 no quadro de um Protocolo de Cooperação tripartido celebrado entre a Universidade de Lisboa, a Universidade Mohammed V Agdal (UM5A), em Rabat, e o Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, IP.

A reunião contou com a presença dos professores universitários Mohammed Salhi, vice-decano encarregado dos Estudos Superiores, Investigação Científica e Cooperação da Faculdade de Letras da UM5A, Okab Abdesslam, coordenador da Licenciatura em Estudos Portugueses pela parte marroquina, Teresa Cid, vice-reitora da Universidade de Lisboa, Maria Antónia Mota, coordenadora

da Licenciatura em Estudos Portugueses, pela parte portuguesa, e da Presidente do Camões, IP, Ana Paula Laborinho.

A licenciatura em Estudos Portugueses encontra-se na sua 2ª edição e já conta com 16 licenciados. Em 2012/2013, primeiro ano da 2ª edição do curso, o número de alunos matriculados foi de 50 e o número oficial de vagas para 2013/2014 encontra-se fixado em 30 alunos.

A par, e ainda no âmbito do Protocolo de Cooperação, que prevê a atribuição de bolsas de estudo, encontram-se doutorados 3 docentes, dois dos quais já a lecionar na licenciatura em Estudos Portugueses, e um outro no Instituto de Estudos Hispano Lusófonos da UM5A. Encontram-se, presentemente, 4 mestrands a formar-se em Portugal.



Abertura do Festival Sete Sóis Sete Luas em Elvas, com a banda L'Avalot

Sete Sóis Sete Luas divulga artistas portugueses

Galandum Galandaina, José Peixoto, Melech Melaya e Rão Kyao, a tocar com os Orient.7sóis.Orkestra, são os nomes portugueses do festival de música lusófona e mediterrânica Sete Sóis Sete Luas (SSSL), que já vai na sua 21ª edição, e que está a decorrer por estes dias de julho em vários países.

O festival, que existe há mais de 20 anos e que conta com o apoio do Camões, IP, integra mais de 30 cidades de 13 países espalhados pela bacia do Mediterrâneo e pelo mundo lusófono. Mais de 400 artistas estão envolvidos no evento, o qual, anualmente, promove mais de 150 concertos de música popular contemporânea, assim como exposições de artes plásticas.

Este ano, segundo a organização, enquanto os artistas portugueses rumam a diferentes países da rede do festival SSSL, Portugal recebe em Ponte de Sor, uma das suas sedes, em Alfândega da Fé, em Elvas e em Oeiras, artistas oriundos desses mesmos países.

Os sopros do músico e compositor português Rão Kyao são ouvidos pelo público de Ceuta (Espanha), Tânger (Marrocos) e Frontignan (França), e sob a sua direção musical, a Orient.7sóis.Orkestra anima os palcos de Portugal e de Itália.

A música popular portuguesa é representada em Itália também pelo grupo Galandum Galandaina, que transmite a cultura mirandesa e transmontana em Roma, na Embaixada de Portugal, em Pontedera (Toscana) e em Mascallucia (Sicília).

José Peixoto, que já foi guitarrista dos Madredeus, participa na 750is. Med.Arab.Orkestra, uma das produções originais do FSSSL, juntamente com o contrabaixista Sofia Neide. Em Espanha, os Melech Melaya tocarão em Amorebieta-Etxano, no País Basco.

S. Paulo acolhe cinema português contemporâneo



Até ao próximo fim de semana decorre em São Paulo a 11.ª Mostra de Cinema Português Contemporâneo, inserida no Ano de Portugal no Brasil, uma iniciativa que conta com o apoio do Camões, IP.

Depois de ter passado pelo Recife e pelo Rio de Janeiro, a mostra, iniciada a 16 de julho, está a apresentar 7 curtas e 12 longas-metragens, que enfatizam a diversidade e a liberdade criativa do cinema português produzido entre os 2000 e 2012 - documentários, filmes de ficção, animação e experimentais -, de cineastas consagrados e jovens.

Os filmes pretendem dar a conhecer ao público obras contemporâneas. Os destaques vão para primeiras obras ou filmes que marcam a história do cinema português recente, nomeadamente *Branca de Neve* (2000), de João César Monteiro, *Filme do Desassossego* (2010), de João Botelho, *O fantasma* (2000), de João Pedro Rodrigues ou *A Cara que Mereces* (2004) de Miguel Gomes.

Nesta edição da mostra é prestada homenagem ao realizador Fernando Lopes, um dos nomes de referência do Cinema Novo português, falecido em 2012. A retrospectiva da sua carreira de mais de 50 anos conta com a apresentação de cinco dos seus filmes.

A iniciativa é patrocinada pela CAIXA, Governo Federal e Instituto Moreira Salles, com o apoio do Ano de Portugal no Brasil, Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, Embaixada de Portugal, Rádio Universitária Recife, Rádio Roquette - Pinto e Instituto do Cinema e do Audiovisual (ICA) - Portugal.

Objetivos de Desenvolvimento do Milénio 2013

Metas atingidas, progressos «longe de serem suficientes»

Várias metas importantes dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) «foram ou serão atingidas até 2015», prazo estabelecido para a sua consecução, e na maioria das áreas definidas por essa agenda lançada em 2000 constata-se progressos, mas em muitas delas esses progressos «estão longe de serem suficientes».

Esta é, em síntese, a mensagem deixada pelo relatório de 2013 produzido pelo Departamento de Assuntos Económicos das Nações Unidas acerca dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, apresentado em Lisboa, a 1 de julho, pela Relatora Especial da ONU para o Direito à Água e Saneamento, Catarina Albuquerque, numa sessão na sede do Camões - Instituto da Cooperação e da Língua, no âmbito do lançamento mundial do documento.

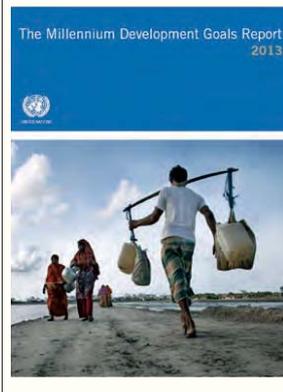
À apresentação do documento na sessão, organizada pelo Centro Regional de Informação das Nações Unidas (UNRIC), pela OIKOS e pelo Camões, IP, seguiu-se uma mesa redonda com representantes da sociedade civil e da cooperação portuguesa.

No ano 2000, na sequência da Cimeira do Milénio, as Nações Unidas fixaram oito metas de desenvolvimento principais, designadas por ODM: erradicar a pobreza extrema e a fome, universalizar o ensino primário, promover a igualdade de género, reduzir a mortalidade infantil e materna, combater a sida, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental e celebrar uma parceria global para o desenvolvimento.

No resumo do relatório, assinado por Wu Hongbo, subsecretário-geral para os Assuntos Económicos e Sociais da ONU, afirma-se que «são necessários com urgência esforços redobrados, em especial nas regiões mais atrasadas para impulsionar os avanços e alcançar os máximos proveitos». A comunidade mundial, acrescenta, deve «aproveitar a dinâmica existente para atingir tantos objetivos quanto possível até 2015».

Afirmando que «várias metas dos ODM já foram atingidas» ou que o seu alcance «está para breve», o responsável da ONU faz um balanço do cumprimento dos objetivos. Segundo ele, «a percentagem de pessoas que vivem em condições de pobreza extrema foi reduzida para metade a nível

mundial, passando de 47%, em 1990, para 22%, em 2010; mais de 2 mil milhões de pessoas ganharam acesso a fontes melhoradas de água potável nos últimos 21 anos, significando que a meta dos ODM no que concerne a água potável foi atingida cinco anos antes do previsto, apesar do significativo aumento de população ocorrido»; foram também obtidas «conquistas notáveis no combate contra a malária e a tuberculose», com reduções significativas das taxas de



mortalidade destas doenças; está a diminuir a percentagem de habitantes de bairros degradados nas cidades e metrópoles do mundo em desenvolvimento.

DISPARIDADES

O relatório regista também uma melhoria do rácio entre o serviço da dívida e os rendimentos provenientes das exportações de todos os países em desenvolvimento, desde 2000, bem como melhores condições de acesso ao mercado por parte destes países. Afirma ainda que a meta de redução da fome pode ser alcançada, assinalando que «a percentagem de pessoas subnutridas em todo o mundo diminuiu de 23,2% em 1990-1992, para 14,9% em 2010-2012.

Considerando a adoção de esforços redobrados, o objetivo de redução para metade, até 2015, do número de pessoas afetadas pela fome aparente poder ser alcançado», afirma a síntese.

Mas esta enuncia também as áreas em que «são necessários progressos acelerados e ações mais vigorosas». Nomeadamente,

declara que «a sustentabilidade ambiental está sob grave ameaça, exigindo um novo nível de cooperação global», pede mais esforços no que toca à mortalidade infantil - que diminuiu em 41% entre 1990 e 2011, mas que se quer reduzir em dois terços até 2015 - e à morte materna, cuja redução está muito aquém do esperado, e no acesso à terapêutica antirretroviral e a conhecimentos sobre a prevenção do VIH.

Outra das áreas em que se defende mais ações é a do acesso das crianças à educação primária, a dos sistemas de saneamento, cujos progressos verificados ainda não são suficientes, e na ajuda financeira aos países em desenvolvimento, que diminuiu em 2011 e 2012, afetando sobretudo os países mais pobres.

Wu Hongbo pede atenção para as «as disparidades que, frequentemente, constituem obstáculos ao progresso», falando do «fosso entre as zonas rurais e as zonas urbanas», que continua a existir e de que o acesso a serviços de saúde reprodutiva e a água potável limpa constituem apenas dois exemplos, para a menor probabilidade de as crianças mais pobres frequentarem uma escola, e para a permanência das desigualdades entre homens e mulheres no que respeita ao poder de decisão.

O texto indica que «os esforços para atingir um mundo de prosperidade, igualdade, liberdade, dignidade e paz prosseguirão para além de 2015», revelando que as Nações Unidas «estão a trabalhar de forma concertada com governos, a sociedade civil e outros parceiros no sentido de potenciar a dinâmica gerada pelos ODM e de criar uma ambiciosa, mas realista, agenda de desenvolvimento pós-2015».



Camões, IP
Av. da Liberdade, n.º 270
1250-149 Lisboa
TEL. 351+213 109 100
FAX. 351+213 143 987
www.instituto-camoes.pt
jlcarte@instituto-camoes.pt
PRESIDENTE Ana Paula Laborinho
COORDENAÇÃO Margarida Duarte
COLABORAÇÃO Carlos Lobato